

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL Nº 01 E CONSOLIDAÇÃO

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS VIRA LATA DO CAÍ

CNPJ: 19.224.673/0001-53

Os associados da associação que gira sob o nome ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS VIRA LATA DO CAÍ, com sede junto à Rua São João, nº 741, bairro navegantes, na cidade e município de São Sebastião do Caí, CEP.: 95760-000, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita sob o CNPJ nº 19.224.673/0001-53, com estatuto social devidamente arquivado no Ofício de Registro Públicos da Comarca de São Sebastião do Caí/RS, sob o nº 492, fls. 170-176, Livro A-6, datado de 05 de novembro de 2013, resolvem, de comum acordo, com base na ata de assembleia geral extraordinária, alterar seu estatuto social, a fim de adequá-lo à Lei Federal nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), mediante as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRO: Altera o endereço da associação, que passa a ser estabelecida na Rua das ameixeiras, nº 233, bairro Laux, na cidade e município de São Sebastião do Caí – RS, CEP.: 95.760-000.

SEGUNDO: Em razão da alteração do endereço da associação, altera a cláusula segunda, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - A Associação Protetora dos Animais Vira Lata do Caí, tem com sede e foro na cidade de São Sebastião do Caí, na Rua das ameixeiras, nº 233, Bairro Laux, CEP 95760-000, Estado do Rio Grande do Sul, terá duração por tempo indeterminado.

TERCEIRO: Em razão da alteração no estatuto social da associação, passa a transcrever, na íntegra, o estatuto social da referida associação pelas seguintes cláusulas e condições:

CONSOLIDAÇÃO DE ESTATUTO SOCIAL

DENOMINAÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º - A Associação Protetora dos Animais Vira Lata do Caí, a seguir denominada pela sigla APROCAI, criada em Doze de Setembro de 2013, na cidade de São Sebastião do Caí, Estado do Rio Grande do Sul, denominada Associação Protetora do Animais Vira Lata do Caí, é uma sociedade civil de direito privado, não governamental, sem fins lucrativos, constituída para congregar e coordenar todos os interessados na preservação, valorização, assessoramento e pesquisa, visando fortalecer, promover e integrar os associados através de eventos de cunho educacional, assistencial, social e cultural, bem como, favorecer a integração dos mesmos com a comunidade caiense; viabilizar convênios e recursos para a manutenção das atividades, bem como criar, promover, apoiar e participar dos eventos relacionados aos animais de rua e daqueles de famílias de baixa renda, abandonados ou que sofrem maus tratos, independente de porte e raça, sempre que possível, condicionado ao numero de associados

colaboradores e principalmente de doações, arrecadações em espécie dos associados, pessoas e empresas simpatizantes e solidários com a causa, bem como dos órgãos públicos; recolher das vias públicas e logradouros públicos, animais doentes, feridos, vítimas de maus tratos ou abandonos, perdidos, ou em situação de risco, proporcionando-lhes abrigo, alimentação e assistência veterinária se necessário, procurando restituí-los aos donos se os tiverem, ou encaminhá-los à adoção para pessoas idôneas e através do processo consciente de posse responsável respeitando as possibilidades físicas e financeiras da APROCAI, devidamente desverminado, castrado e higienizado (banho e tosa) sempre que necessitar, inclusive com aplicação de produtos contra pulgas, carrapatos, e outra pragas ou infestações; esclarecer e educar a população, através dos veículos de comunicação, órgãos públicos e eventos, quanto à posse responsável e esterilização dos animais; estimular a adoção de animais abandonados; promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos aos animais e ao meio ambiente; estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação e de criação de novos projetos de lei que instrumentalize a consecução das presentes finalidades; promover projetos e ações que visem a preservação, vacinação e a esterilização, bem como a recuperação e a proteção da identidade física e psicológica dos animais, com recursos advindos de doações, eventos, apadrinhamento, parcerias, repasse de verbas públicas, convênios ou outras formas jurídicas possíveis; estimular a parceria, o diálogo e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando juntamente com outras entidades de atividades que visem interesses comuns; fiscalizar, denunciar e tomar medidas jurídicas na constatação de crueldades contra animais, acionando os órgãos públicos competentes para resolução de tais questões e inclusive propor ações civis públicas; em conjunto com o poder público municipal, estadual e federal, promover programas de prevenção contra doenças transmissíveis por animais; os animais acolhidos pela APROCAI, não poderão ser objeto de pesquisas ou experiências que os submetam a situação de sofrimento, ou que desrespeitem as leis de proteção e bem estar animal; a APROCAI nunca comercializará nem obterá nenhum tipo de ganho financeiro, permuta ou parceria com os animais recolhidos ou sob seus cuidados; a APROCAI acompanhará a convivência no novo lar por um período nunca inferior a um mês corrido, até que o Presidente entenda não ser mais necessário o acompanhamento ou até a esterilização obrigatória do mesmo, garantindo assim o princípio da entidade no que tange a contribuir pela diminuição da superpopulação de animais; promover atividades que, resultem no levantamento de fundos para atender as necessidades da entidade e de seus associados, defender os interesses coletivos dos associados contra todas as formas de discriminações; administrar os bens e patrimônio da Associação, congregar os associados, imprimindo unidade, na busca de soluções aos problemas comuns.

SEDE E DURAÇÃO

Art. 2º - A Associação Protetora dos Animais Vira Lata do Caí, tem com sede e foro na cidade de São Sebastião do Caí, na Rua das ameixeiras, nº 233, Bairro Laux, CEP 95760-000, Estado do Rio Grande do Sul, terá duração por tempo indeterminado.

Art. 3º - A Associação Protetora dos Animais Vira Lata do Caí não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações,

participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 4º - No desenvolvimento de suas atividades, a Associação Protetora dos Animais Vira Lata do Caí observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Art. 5º - A Associação Protetora dos Animais Vira Lata do Caí se dedica às suas atividades por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Art. 6º - A Associação Protetora dos Animais Vira Lata do Caí disciplinará seu funcionamento por meio de Instruções Normativas, emitidas pela Assembleia Geral, e Instruções Executivas, emitidas pela Diretoria, bem como Regimento Interno aprovado no ato da constituição da Associação.

Art. 7º - A fim de cumprir suas finalidades, a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias.

Art. 8º - Não há entre os Associados direitos e obrigações recíprocos, nem tampouco com relação aos Associados, responsabilização, seja ela subsidiária ou solidária, pelas obrigações ou deveres assumidos pela Associação Protetora dos Animais Vira Lata do Caí.

Art. 9º - A Associação Protetora dos Animais Vira Lata do Caí é civilmente responsável por atos de seus agentes, que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, caso estes comprovadamente tenham agido com dolo ou culpa.

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 10º - A Assembleia Geral deliberativa é o órgão máximo e soberano da Associação Protetora dos Animais Vira Lata do Caí, e será constituída pelos seus associados em pleno gozo de seus direitos. Reunir-se-á na segunda quinzena de janeiro, para tomar conhecimento das ações da Diretoria Executiva e, extraordinariamente, quando devidamente convocada. Constituirá em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes, salvo nos casos previstos neste estatuto, tendo as seguintes prerrogativas:

- I. Fiscalizar os membros da Associação, na consecução de seus objetivos;
- II. Eleger e destituir os administradores;
- III. Deliberar sobre a previsão orçamentária e a prestação de contas, aprovando-as ou não;
- IV. Estabelecer o valor das mensalidades dos associados;
- V. Deliberar quanto à compra e venda de imóveis da Associação;

- VI. Aprovar o regimento interno, que disciplinará os vários setores de atividades da Associação;
- VII. Alterar, no todo ou em parte, o presente estatuto social;
- VIII. Deliberar quanto à dissolução da Associação;
- IX. Decidir, em última instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto.

§1º - As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas, pelo Presidente ou por 1/5 dos associados, mediante edital fixado na sede social da Associação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, onde contará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou;

§2º - Quando a assembleia geral for convocada pelos associados, deverá o Presidente convocá-la no prazo de 03 (três) dias, contados da entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação;

§3º - Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvam eleições da diretoria e do conselho fiscal e o julgamento dos atos da diretoria quanto à aplicação de penalidades.

DOS ASSOCIADOS

Art. 11 – Poderão ser associados, qualquer pessoa do povo, desde que vinculado com os interesses da associação.

DA ADMISSÃO DO ASSOCIADO

Art. 12 – O ingresso do associado será feito mediante o preenchimento de formulário, com apresentação da Cédula de Identidade e CPF, que submeterá à Diretoria e, uma vez aprovado, terá seu nome, imediatamente, lançado no livro de associados, com indicação de seu número de matrícula.

§1º - Todos os associados serão considerados contribuintes, mediante pagamento de taxa fixada em Assembleia Geral, ou ainda em forma de doação.

Art. 13 – O associado poderá requerer a sua demissão através de pedido fundamentado, dirigido à Diretoria, com antecedência mínima de 30 (TRINTA) dias.

§1º - Para requerer a demissão o associado deverá estar em dia com suas obrigações.

§2º - Para ser readmitido, deverá o associado satisfazer o pagamento de uma taxa de readmissão, conforme art. 12, §1º.

DEVERES DOS ASSOCIADOS

ART. 14 – São deveres dos associados:

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;

- II. Respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
- III. Zelar pelo bom nome da Associação;
- IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação Protetora dos Animais Vira Lata do Caí;
- V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- VI. Comparecer por ocasião das eleições;
- VII. Votar por ocasião das eleições;
- VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providências.

Parágrafo Único – É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas.

DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 15 – São direitos dos associados, quites com suas obrigações sociais:

- I. Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, na forma prevista neste estatuto;
- II. Usufruir os benefícios oferecidos pela Associação Protetora dos Animais Vira Lata do Caí, na forma prevista neste estatuto;
- III. Recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria ou do Conselho Fiscal.

EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

Art. 16 - A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

- I. Violação do estatuto social;
- II. Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- III. Atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
- IV. Desvio dos bons costumes;
- V. Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- VI. Falta de pagamento, por parte dos "associados contribuintes", de 03 (três) parcelas consecutivas das contribuições associativas.

§1º - Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

§2º - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

§3º - Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a

decisão da Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral;

§4º - Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

§5º - O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

DA APLICAÇÃO DAS PENAS

Art. 17 – As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:

- I. Advertência por escrito;
- II. Suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
- III. Eliminação do quadro social.

DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DA ASSOCIAÇÃO

Art. 18 – São órgãos da Associação:

- I. Diretoria executiva;
- II. Conselho fiscal.

DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 19 – A Diretoria Executiva da Associação será constituída por 06 (seis) membros, os quais ocuparão os cargos de: Presidente, Vice Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando convocada pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

COMPETENCIA DA DIRETORIA

Art. 20 – Compete à DIRETORIA Executiva:

- I. Dirigir a associação, de acordo com o presente estatuto e administrar o patrimônio social;
- II. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembleia Geral;
- III. Promover e incentivar a criação de comissões, com a função de desenvolver cursos profissionalizantes e atividades culturais;
- IV. Representar e defender os interesses de seus associados;
- V. Elaborar o orçamento anual;
- VI. Apresentar a Assembleia Geral, na reunião anual, o relatório de sua gestão e prestar contas referentes ao exercício anterior;
- VII. Admitir pedido de inscrição de associados;
- VIII. Acatar pedido de demissão voluntária de associados.

Parágrafo Único – As decisões da diretoria deverão ser tomadas por maioria de votos, devendo estar presentes, na reunião, a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

COMPETENCIA DO PRESIDENTE

Art. 21 – Compete ao Presidente:

- I. Representar a Associação ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário;
- II. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- III. Convocar e presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias;
- IV. Juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis;
- V. Organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à Assembleia Geral Ordinária;
- VI. Contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspende-los ou demiti-los;
- VII. Criar departamentos patrimoniais, culturais, sociais, de saúde e outros que julgar necessários ao cumprimento das finalidades sociais, nomeando e destituindo os respectivos responsáveis.

Parágrafo Único – Compete ao Vice-Presidente, substituir legalmente o Presidente, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

COMPETE AO 1º SECRETÁRIO

Art. 22 – Compete ao 1º Secretário:

- I. Redigir a correspondência da Associação;
- II. Manter e ter sob sua guarda o arquivo da Associação;
Dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretaria.

Parágrafo Único – Compete ao 2º Secretário, substituir o 1º Secretário, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

COMPETE AO 1º TESOUREIRO

Art. 23 – Compete ao 1º Tesoureiro:

- I. Manter, em estabelecimentos bancários, juntamente com o presidente, os valores da Associação, podendo aplica-los, ouvida a Diretoria Executiva;
- II. Assinar, em conjunto com o Presidente, os cheques e demais documentos bancários e contábeis;
- III. Efetuar os pagamentos autorizados e recebimentos devidos à ASSOCIAÇÃO;
- IV. Supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;
- V. Apresentar ao Conselho Fiscal, os balancetes semestrais e o balanço anual;
- VI. Elaborar, anualmente, a relação dos bens da Associação, apresentando-a, quando solicitado, à Assembleia Geral.

Parágrafo Único – Compete ao 2º Tesoureiro, substituir o 1º Tesoureiro, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

COMPETE AO CONSELHO FISCAL

Art.24 – O Conselho Fiscal, que será composto por três membros, e tem por objeto, indelegável, fiscalizar e dar parecer sobre todos os atos da Diretoria Executiva da Associação, com as seguintes atribuições:

- I. Examinar os livros de escrituração da Associação;
- II. Opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiro e contábil, submetendo-os a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;
- III. Requisitar ao 1º Tesoureiro, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico- financeiras realizadas pela Associação;
- IV. Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V. Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, na segunda quinzena de janeiro, em sua maioria absoluta, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da Associação, ou pela maioria simples de seus membros.

DO MANDATO

Art. 25 – As eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal realizar-se-ão, conjuntamente, de 02 (dois) em 02 (dois) anos, por chapa completa de candidatos apresentada à Assembleia Geral, podendo seus membros ser reeleitos.

DA PERDA DO MANDATO

Art. 26 – A perda da qualidade de membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

- I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II. Grave violação deste estatuto;
- III. Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (tres) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação;
- IV. Aceitação de cargo ou função incompatível com exercício do cargo que exerce na Associação;
- V. Conduta duvidosa;

§1º Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria Executiva, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;

§2º Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral

Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer numero de associados, onde será garantido o amplo direito de defesa.

DA RENÚNCIA

Art. 27 – Em caso de renuncia de qualquer membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido pelos suplentes.

§1º - O pedido de renuncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na secretaria da Associação, a qual, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do protocolo, o submeterá à deliberação da Assembleia Geral;

§2º - Ocorrendo renuncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, o Presidente renunciante, qualquer membro da Diretoria Executiva ou, em último caso, qualquer dos associados, poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária, que alegará uma comissão provisória composta por 05 (cinco) membros, que administrará a entidade e fará realizar novas eleições, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de realização da referida assembleia. Os diretores e conselheiros eleitos, nestas condições, complementarão o mandato dos renunciantes.

DA REMUNERAÇÃO

Art. 28 – Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não perceberão nenhum tipo de remuneração de qualquer espécie ou natureza, pelas atividades exercidas na Associação.

DA RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS

Art. 29 – Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da diretoria executiva e conselho fiscal, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação.

DO PATRIMONIO SOCIAL

Art. 30 – O patrimônio da Associação será constituído e mantido por:

- I. Contribuições mensais dos associados contribuintes;
- II. Doações, legado, bens, direitos e valores adquiridos, e suas possíveis rendas e, ainda, pela arrecadação dos valores obtidos através da realização de festas e outros eventos, desde que revertidos totalmente em benefício da associação;
- III. Aluguéis de imóveis e juros de títulos ou depósitos.

DA VENDA

Art. 31 – Os bens móveis e imóveis poderão ser alienados, mediante prévia autorização de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das atividades sociais ou no aumento do patrimônio social da Associação.

DA REFORMA ESTATUTÁRIA

Art. 32 – O presente estatuto social poderá ser reformado no tocante à administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, meia hora após a primeira, com qualquer número de associados.

DA DISSOLUÇÃO

Art. 33 – A Associação poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade de manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terço) dos presentes, sendo em primeira chamada, com totalidade dos associados e em segunda chamada, meia hora após a primeira, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos associados em dia.

Parágrafo Único – Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade assistencial congênere, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante nesta cidade e devidamente registrada nos órgãos públicos componentes.

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 34 – O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade, de conformidade com as disposições legais.

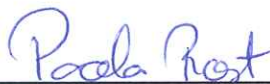
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35 – A Associação não distribui lucros, bonificações ou vantagens a qualquer título, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto, devendo suas rendas ser aplicadas, exclusivamente, no território nacional.

DAS OMISSÕES

Art. 36 – Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, “ad referendum” da Assembleia Geral.

São Sebastião do Cai/RS, 14 de janeiro de 2021.



PAOLA MARINA MELLO DA ROSA ROST

Presidente

SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ | RS

Rua Andrade Neves, 202 - Centro - São Sebastião do Cai / RS - FONE: (51) 3635.3555

EVERTON JOSÉ HELFER DE BORBA - Oficial Registrador

E-mail: carlorocai@cartoriocai.com.br

PROTOCOLO: nº 11785, às fls 166, do livro A-4, em 09/02/2021.

AVERBAÇÃO: nº 11, referente ao registro nº 492, às fls 111V, do Livro A-11.

Total: R\$ 137,20 + R\$ 10,70 = R\$ 147,90. Exame documentos: R\$ 44,80 (0295 04 1900003 00589 - R\$ 3,30);

Averbação PJ: R\$ 66,70 (0295 04 1900003 00590 - R\$ 3,30); Digitalização: R\$ 20,40 (0295 03 1400005 01303

- R\$ 2,70); Processamento eletrônico: R\$ 3,90 (0295 01 2000002 00531 - R\$ 1,40);

São Sebastião do Cai, 10 de fevereiro de 2021.

Bel. Vinícius Fraga Rocha - Oficial Substituto

Vinícius Fraga Rocha
Oficial Substituto